

Educação Profissional no Estado do Ceará: um debate introdutório na perspectiva da crítica marxista

Thiago Chaves Sabino

Ellen Cristine dos Santos Ribeiro

Esta comunicação objetiva discutir, de forma preliminar, algumas questões teóricas, sob o ponto de vista marxista, a respeito das possibilidades e perspectivas da Educação Profissional ofertada à classe trabalhadora. Tomando como objeto o caso do Estado do Ceará, que, por seu turno, possui uma ampla rede de escolas profissionais, verificamos a existência de uma estrutura que conta com mais de cem escolas estaduais que funcionam em dois turnos, oferecendo o ensino médio regular em um deles e formação de nível técnico no outro. Deste modo, esforçamo-nos para evidenciar o dualismo instaurado na educação formal, cada vez mais reforçado pelo discurso da qualificação profissional e empregabilidade, que destina uma formação frágil e aligeirada aos filhos da classe trabalhadora, enquanto que aos filhos da classe consolidada no poder é dada a oportunidade de uma formação propedêutica. A pesquisa é de natureza teórico-bibliográfica, referenciada nos clássicos do marxismo e em outros autores contemporâneos que assentam suas reflexões no referencial do materialismo histórico dialético. Ao nos aproximarmos do caso específico do Ceará, um dos pioneiros na aplicação desta política, foi possível constatar que o referido Estado manteve praticamente inalterada a proposta de educação profissional vigente na década de 1990, de caráter notoriamente profissionalizante. Inferimos, assim, o modelo educacional vigente no país reforça a dualidade educativa e enfatiza a perspectiva histórica classista assumida pela escola, que continua a ser pensada e organizada de modo a manter privilégios e prejuízos entre as classes, gerando de mão-de-obra barata e minimamente qualificada para atender ao capitalismo em crise.

Palavras-chave: Educação profissional; Dualidade Educativa; Ensino Médio Integrado no Estado do Ceará.

Professional Education in Ceará State: an introductory debate from the perspective of marxist criticism.

This communication aims to discuss, preliminary, some theoretical issues from a Marxist point of view, concerning the possibilities and perspectives of the Professional Education offered to the working class. Taking as object the case of Ceará, which has a wide network of professional schools, we verified the existence of a structure counting with more than one hundred state schools and working full time, offering the regular high school course in one of the both rounds and technical formation in the other one. This way, we strive to evidence the dualism introduced in the formal education, increasingly enforced through discourse about professional qualification and employability, which provides a fragile and light formation to the children of the working class, while to the children of consolidated class in power is given the opportunity of a propaedeutic formation. The research is of a theoretical bibliographic nature, referenced in the classics of Marxism and other contemporary authors that base their reflections in dialectical historical materialism referential. As we approach to the specific case of Ceará, one of the pioneers in implementing this policy, it was possible to verify the mentioned State kept practically unchanged the proposal of professional education prevailing in the 90s, notoriously professionalizing. We infer that the current educational model in the country strengthens the educational duality and emphasizes the historical classist perspective assumed by the school, which is still thought and organized to keep privileges and losses among classes, generating cheap and minimally qualified labor to attend the capitalism in crisis.

Keywords: Professional Education; Educative Duality; Integrated High School in Ceará State.

Educação Profissional no Estado do Ceará: um debate introdutório na perspectiva da crítica marxista

Thiago Chaves Sabino

Ellen Cristine dos Santos Ribeiro

Apresentamos como objeto de estudo deste breve artigo o projeto de implantação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs) no Ceará, visto que essa recente política¹ tem sido apresentada como uma das mais importantes saídas para os jovens pobres, como a grande oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho. Do ponto de vista marxista, há muito que se discutir sobre um projeto que escolhe como proposta teórico-metodológica as orientações empresariais do Grupo Odebrecht².

Para analisar a política educacional de criação de escolas profissionalizantes para a expansão da educação profissional aplicada pelo Governo do Estado do Ceará, partiremos da recuperação sobre o que é o trabalho e o que significa o trabalhador na sociedade capitalista.

As questões que dão norte ao presente estudo estão inseridas no projeto educacional em curso no Brasil e se situam no que muitos consideram como parte da crise educacional, pois não respondem aos interesses da classe trabalhadora em luta.

Contudo, a crise não existe somente no complexo educativo. Como afirma Tonet (2003), outras esferas sociais também passam por uma crise. Segundo Mészáros (2000) estamos num período de crise histórica sem precedentes. Crise que afeta toda a estrutura do sistema do capital. Mas, então, o que significa capital? O capital é uma relação social originada na compra-e-venda da força de trabalho do produtor pelo capitalista. Nesse processo, o capitalista remunera o trabalhador com um salário, este, por sua vez, representa o custo socialmente necessário da reprodução da força de trabalho. Ou seja, o suficiente para que o trabalhador volte a vender sua força-de-trabalho no dia seguinte. Acontece que o trabalhador, sempre produz mais do que recebe em troca pelo seu trabalho. O excedente, em geral a maior parte, é apropriado

¹ Em 2008, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação, passou a ofertar educação em tempo integral, articulando o Ensino Médio à formação profissional de nível técnico.

² Fundada em 1944, é uma organização de origem brasileira que atua em 21 países em todo o mundo em diversos ramos empresariais. Forma seus integrantes a partir dos preceitos da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Sua versão para a educação, a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), tem sido utilizada nos últimos anos por diversas secretarias de educação em todo o país, inclusive o Ministério da Educação (MEC) do governo federal.

pelos capitalistas. Evidentemente, essa relação é favorável ao capitalista, configurando-se, assim, na base da acumulação.

Aferimos deste fato que a desigualdade social é consequência dessa relação desigual, sendo ela o pilar da sociedade capitalista. Dessa forma, afirmamos ser impossível construir, sob a égide do capitalismo, uma sociedade verdadeiramente humana. Em outras palavras, não é possível humanizar essa relação definida como capital, como defendem muitos intelectuais de esquerda, principalmente após os eventos que ocasionaram a queda do Muro de Berlim e a restauração do capitalismo na ex-URSS e no Leste Europeu que, por sua vez, mostrariam ao mundo o fracasso da estratégia do chamado socialismo real e a superioridade do capitalismo.

Os chamados processos do Leste³ foram acompanhados de mudanças na política capitalista para aprofundar a exploração dos ora chamados países em desenvolvimento e também, após esses processos, para incluir os novos mercados que se abriam ao capitalismo no intuito de aumentar as taxas de lucro. Em novembro de 1989, um conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, se tornou a política oficial do FMI na década de 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajuste macroeconômico" dos países que passavam por dificuldades. Esse conjunto de medidas neoliberais entrou para a história com o nome de Consenso de Washington (SOUSA, 2014).

Dentre as dez medidas apontadas estão, por exemplo, disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reformas fiscal e tributária, abertura comercial e econômica, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas. Esse modelo levou à crise diversas economias nacionais (como Rússia e Argentina) e o aumento da dependência dos países periféricos às potências mundiais.

No âmbito da educação, em março de 1990, ocorre a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, patrocinada e coordenada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de

³ Trata-se justamente da queda do Muro de Berlim e da restauração do capitalismo na União Soviética, que ocasionou uma ampla campanha sobre o suposto fracasso do socialismo e a supremacia do capitalismo, reafirmada pela atitude dos partidos comunistas de abandono da estratégia socialista, que choravam a queda desses regimes e falavam de uma terrível derrota mundial. Na verdade, a ação das massas não derrubou regimes socialistas, senão regimes totalitários de partido único.

Desenvolvimento (BID), UNESCO, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a qual aprova uma carta-compromisso que estabelecia metas a serem aplicadas no prazo de dez anos, seguindo os preceitos do Consenso de Washington. Como exemplo dessas metas, apontamos a descentralização administrativa e financeira, a divisão da responsabilidade pela educação entre o Estado e a sociedade, através das empresas, da comunidade e da municipalização do ensino fundamental, a expansão do ensino à distância e a reestruturação da carreira do professor (FERNANDES NETO, 2009).

I- A relação capital-trabalho como pano de fundo da Educação Profissional

Para atender a uma investigação como a que agora propomos, necessitaremos compreender sua dinâmica no contexto específico de sua historicidade. Dessa forma, poderemos apreendê-la em sua totalidade. Como toda obra é fruto de seu tempo histórico, isso também se aplica ao alvo de nossa pesquisa. Desta maneira, realizaremos o exercício de leitura de algumas visões ilustrativas de estudiosos da teoria marxista com o intuito analisar mais profunda e historicamente os fatos.

Assim, recorreremos ao estudo do funcionamento do próprio sistema capitalista. O capitalismo é uma relação social entre trabalho e capital, em que este prevalece sobre aquele. Uma parte do que é produzido pelo trabalhador paga seu próprio salário, benefícios, etc. A outra parte é apropriada pelo capitalista. A esta segunda parte, dá-se o nome de mais-valia (ou mais-valor). Para garantir sua existência material, o homem transforma a natureza através do trabalho.

Porém, o fato, em si mesmo, da mudança de forma ou fusão das matérias-primas não acrescenta em nada no valor desses materiais. O que faz com que uma cadeira de madeira bem-acabada valha mais que as toras de madeira que foram usadas para sua confecção não é sua forma, seu peso ou sua beleza. É justamente o dispêndio da energia humana – obtida a partir dos alimentos – que agrega riqueza às matérias-primas. Desse modo, a fonte da mais-valia acrescida aos materiais é senão, o trabalho humano.

É chave para a compreensão marxista do modelo de educação profissional em curso no país e, especificamente no Ceará, entender como o trabalho humano se relaciona com a sociedade e com o próprio sistema capitalista, no qual os estudantes desta modalidade estão particularmente imersos. Afinal, estes serão preparados para

ingresso num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, que exige o chamado espírito empreendedor para a progressiva adaptação às demandas do momento ou, em outras palavras, para um nível cada vez maior de exploração. Portanto, torna-se mister para nossa investigação estudar a relação entre capital e trabalho.

Na concepção marxiana, de acordo com Jimenez (2001, p. 71), “[...] o processo de produção da existência articula-se ontologicamente com o processo de produção do próprio homem, enquanto ser qualitativamente distinto dos outros animais”. A autora continua escrevendo que

Marx entende o trabalho humano como o ato-gênese da própria existência humana. Ou seja, enquanto para os outros animais o ato de adaptar-se a natureza foi suficiente para garantir-lhes a sobrevivência, o homem foi obrigado a ir além, a transformar a natureza – pelo trabalho – para garantir a sobrevivência da espécie. Esse processo de transformação, de criação de algo novo que não estava dado como tal, foi possibilitado pela instauração da consciência, capaz de colocar fins à ação, de prever e escolher, decidir entre alternativas. Dotado de consciência pelo ato do trabalho, o homem torna-se, igualmente, um ser dotado de liberdade, ou seja, o único que escapou do determinismo cego da natureza, o único ser capaz de transformar, ou seja, de criar algo diferente do já existente, num processo contínuo, que é, ao mesmo tempo, de auto-construção/autotransformação (JIMENEZ, 2001, p. 71)

Entretanto, sob a ordem capitalista, o trabalho que, ontologicamente representa a realização humana – sua emancipação e possibilidade de autossuperação – passa a ser um fardo. Sendo o capitalismo a lógica reinante, o trabalho se transforma em mais um meio de reprodução e acumulação da riqueza para os capitalistas, obstaculizando-se, assim, o caráter emancipador e libertador do trabalho. Em seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, Marx (2006, p. 114) expõe de maneira clara o seguinte:

[...] o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua característica; portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega a si mesmo, não se sente bem, mas, infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação da necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. O seu caráter estranho resulta visivelmente do fato de se fugir do trabalho, como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro.

Dito isso, o autor conclui que na realização de suas funções vitais, ou seja, animais⁴, o homem se sente livre. Inversamente, no ato de funções eminentemente humanas – transformação e criação pelo trabalho – ele se percebe como animal. Prontamente, o trabalho aparece para o homem unicamente como um meio de manutenção de sua existência física. O caráter do trabalho que permite diferenciar o homem dos outros animais se perde completamente.

A atividade humana do trabalho fica, assim, resumida à execução de tarefas as quais têm seus objetivos determinados por outrem e não pelos trabalhadores que as executam. Consequentemente, a relação do trabalho com o ato da produção propriamente dito

[...] é a relação do trabalhador com a própria atividade assim como com uma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a própria energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal – e o que será a vida senão atividade? – como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence (MARX, 2006, p. 115).

No âmbito educacional, esse processo se reflete em propostas pedagógicas, curriculares e financeiras, orientadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, de atrelamento da educação ao mercado. Jimenez (2001, p. 72 e 73), a respeito das ideias do marxista italiano Antonio Gramsci, afirma que ele era contrário à educação dos filhos dos trabalhadores baseada em um ensino técnico-profissionalizante de caráter imediatista e utilitário, pois, em seu ponto de vista, arriscaria o futuro da criança como ser de liberdade, condenando sua inteligência e consciência em formação a esquemas predeterminados.

Nota-se uma perfeita dialética entre o papel do trabalho na sociedade capitalista e as orientações do Banco Mundial. Consequentemente, evidencia-se uma contradição entre a essência emancipadora do trabalho humano e as políticas sugeridas e aplicadas em todo o mundo, em especial nos chamados países em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos.

A escola, desde seu aparecimento na sociedade de classes,

[...] funda-se na divisão entre o intelectual e o manual, porque fundada na divisão entre proprietários e não-proprietários. Como é sabido, a escola, como tal, surge, precisamente, quando a humanidade, através de muitos séculos e mediações, institui a propriedade privada, constituindo, por conseguinte, uma minoria que, uma vez proprietária, não mais precisava

⁴ Comer, beber e procriar, etc., são também certamente autênticas funções humanas. Mas, de forma abstrata levadas em consideração, o que as separa da outra esfera da atividade humana e as transforma em finalidades últimas e exclusivas é o componente animal (MARX, 2006, p. 115).

trabalhar. A escola veio, assim, acolher o ócio dos que não precisavam trabalhar, aprimorando-lhes o corpo e o espírito (JIMENEZ, 2001, p. 74).

Percebemos uma tremenda desvantagem daqueles que trabalham em relação aos “ociosos”. Enquanto estes desenvolviam suas capacidades físicas – através da luta, ginástica, etc. – e intelectuais – como a oratória, sendo esta uma atividade associada à formação do homem político, aqueles só aprendiam uma atividade: o ofício de sua atividade laboral. Fica evidente a clara cisão entre desenvolvimento intelectual e prática manual. Dessa forma, a história

[...] evidencia que uma primeira distinção entre as classes, ao mesmo tempo, expressa-se e reforça-se através do domínio das técnicas de comando versus o domínio das técnicas de produção, apontando o importante papel reprodutor da educação nesse contexto, ao efetivar em seus espaços, a separação entre desenvolvimento intelectual e exercitação manual (JIMENEZ, 2001, p. 75).

O surgimento da indústria exige uma instrução universal, tornando-a assunto frequente em conferências e encontros internacionais e nacionais. O desafio para a classe dominante é expandir a educação escolar às massas trabalhadoras e seus filhos mantendo sobre eles sua dominação ideológica e política. Nesse sentido,

[...] as classes dominantes, através da história, tem lançado mão dos maiores malabarismos para tentar instruir os trabalhadores sem educá-los para governar; sem capacitá-los para assumir a função de dirigentes, sem habilitá-los para pensar e falar bem. Essas classes têm equacionado o problema, fundamentalmente, universalizando, em termos, a escola, porém, diferenciando-a, ou cindindo-a, essencialmente, em duas: a escola da elite (destinada à formação intelectual – a teoria) e a escola do povo (para as tarefas manuais – a prática) (JIMENEZ, 2001, p. 75 e 76).

Ao final do capítulo XIII do livro I de sua obra *O Capital*, Marx (2013, p. 558, *itálico do original*) apresenta sua proposta de escola aos trabalhadores:

Uma fase desse processo de revolucionamento, constituída espontaneamente com base na grande indústria, é formada pelas escolas politécnicas e agrônômicas, e outra pelas *écoles d'enseignement professionnel* [escolas profissionalizantes], em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução sobre tecnologia e manuseio prático de diversos instrumentos de produção. Se a legislação fabril, essa primeira concessão penosamente arrancada ao capital, não vai além de conjugar o ensino fundamental com o trabalho fabril, não resta dúvida que a inevitável conquista do poder político pela classe trabalhadora garantirá ao ensino teórico e prático da tecnologia seu devido lugar nas escolas operárias.

Santos (2012) trata de diferenciar a expressão ensino tecnológico, empregada por Marx naquela ocasião, da educação tecnológica dos tempos atuais no

Brasil⁵. O primeiro refere-se à instrução de fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção, introduzindo as crianças, adolescentes e trabalhadores ao manuseio de instrumentos elementares dos mais diversos ofícios. O segundo refere-se aos modelos de escolas profissionalizantes – objeto de estudo do presente trabalho – voltadas a especialização de mão-de-obra para o mercado de trabalho, modelo fortalecido pelas políticas neoliberais para a educação. Demonstrem-se, então, concepções diferentes a respeito de um modelo de educação.

Santos (2012) comenta, a respeito de Demerval Saviani, que este autor “afirma que sua concepção implica a progressiva generalização do ensino médio como formação necessária para todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade”. Sobre politécnica, Saviani diria que “significa aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (2006, p. 18-19). Ou seja, mostrar diversas técnicas ao “aprendiz” de forma que ele não se especialize, num primeiro momento, em nenhuma delas, mas adquirindo uma noção geral de todas. Segue o defendido por Saviani (2007, p.161):

Esta é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, em que profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo.

Essa concepção de profissionalização é a mesma empregada pelo governo estadual do Ceará desde meados da década passada, na qual se prega a redenção daqueles antes “excluídos” de uma educação de qualidade. Agora, mais do que nunca, teriam maiores oportunidades de “vencer na vida” e ter um emprego digno. As palavras de Santos (2012, p. 34) respondem bem à realidade vista em nosso Estado em termos da atual política educacional:

Como estratégias, o Estado intermedeia a educação profissional no sentido de prover o competitivo mercado de trabalho e atender os interesses do capital. O crescente mercado de ensino profissional, verificado cotidianamente nos anúncios publicitários, acena com o sempre ideológico discurso de que com qualificação profissional ou formação específica para uma profissão se resolveria os problemas das desigualdades sociais. Os bem aventurados intérpretes da ordem atribuem à educação um papel essencial na resolução da pobreza ainda persistente no capitalismo, defendendo, ademais, que a educação tem o poder de proporcionar a salvação dos indivíduos que vivem em situação de risco social, oferecendo um grau maior de formação cultural

⁵ Sabemos que educação é um conceito mais amplo do que ensino. Fazemos a comparação aqui no sentido apenas de diferenciar as concepções filosóficas e pedagógicas apresentadas em cada contexto.

às classes populares, garantindo-lhes formação cultural e profissional, reservando-lhes o reino dos céus na terra.

II – O caso do Ceará como exemplo da realidade da Educação Profissional brasileira

Dados de 2013⁶ revelam que o Ceará é o segundo maior estado nordestino em quantidade de matrículas na Educação Profissional Integrada, com 39.180 estudantes, ficando atrás somente da Bahia, com 45.047. Na terceira posição aparece o Estado do Piauí com apenas 16.291 matriculados, menos da metade da quantidade cearense. Com esses mesmos números, o Ceará permanece em segundo lugar no cenário nacional, tendo mais matrículas do que todos os Estados da região Sudeste, e ultrapassando o Paraná, que estagnou em número de matrículas entre 2012 e 2013, com 32.864 matriculados. Portanto, concluímos que o Ceará está demasiado avançado na implementação do projeto de Ensino Médio Integrado comparado aos demais Estados brasileiros.

Entretanto, não é dito que dedicar determinada condição de escolaridade profissional não é garantia de condições de disputar um emprego no mercado de trabalho, cada vez mais volátil em vistas as evoluções tecnológicas atuais. Assim, faz-se necessário colocar na ordem do dia a discussão dos limites dessa formação, assim como da criação de um sistema de escola que privilegie o desenvolvimento do homem em detrimento do ensino tecnicista-profissionalizante voltado ao mercado de trabalho, o que somente é possível além do capitalismo.

A partir dessa discussão, pretendemos levantar questões a cerca do modelo educacional aplicado no Estado: como um sistema que, devido a sua própria natureza, exclui⁷ da sociedade a maioria da população pode garantir a chamada "inclusão social" desse segmento? Seria possível, a partir dessas escolas profissionalizantes, minimizar essa “exclusão⁸”?

⁶ Sinopse Estatística da Educação Básica 2013 do MEC/INEP.

⁷ Na verdade, todos estão incluídos nessa forma de sociabilidade, seja como explorado ou como explorador, visto que, mesmo um desempregado em condições de vida sub-humanas cumpre uma função social na reprodução do capital.

⁸ O Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará propõe adotar “um **modelo de desenvolvimento incluyente**, que favoreça o acesso à educação de qualidade em todos os níveis” (SEDUC, 2008, p. 8) (grifos nossos).

Dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014 mostram que as matrículas na modalidade da Educação Profissional no país crescem a cada ano, correspondendo a 16,26% do total de matrículas no Ensino Médio⁹, no ano de 2012. Em todo o país, entre 2009 e 2012, o número aumentou 31%¹⁰, sendo a maior parte desses novos estudantes matriculados na rede pública. É bastante conhecido o perfil socioeconômico dos estudantes da rede pública, indicando assim o público-alvo dessa modalidade educacional.

O Nordeste é a segunda região do país com maior número de vagas na modalidade profissional e é a região na qual se verifica a maior presença da forma de articulação integrada¹¹ ao Ensino Médio, diferente das demais regiões, nas quais prevalece a forma subsequente. No Ceará, em 2012, a proporção de matrículas na Educação Profissional em relação ao total de matrículas no Ensino Médio era de 13%, sendo o terceiro Estado nordestino nesse quesito, mas estando um pouco abaixo da porcentagem nacional de 16,26%. Dados da Sinopse Estatística da Educação Básica de 2013, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostram que essa proporção se elevou para 15,15% e para 17,34%, no Ceará e no Brasil, respectivamente.

O novo Plano Nacional de Educação foi aprovado no Congresso Nacional em junho de 2014. Sua meta de número 11 objetiva triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, observando pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas. Cabe destacar que a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados defendia “50% da expansão no segmento público”, porém o Senado substituiu a expressão anterior pela nova redação “50% de gratuidade na expansão de vagas”, facilitando, assim, o caminho para a iniciativa privada. Destacamos também, apesar de não ser foco de nosso estudo, que a meta 10 aponta que, no mínimo, 25% das vagas de Educação de Jovens e Adultos sejam integradas à educação profissional, tanto no ensino fundamental quanto no médio.

⁹ Sendo 8.376.852 matrículas no Ensino Médio para 1.362.200 na Educação Profissional.

¹⁰ Um salto de 1.036.945 matrículas para 1.362.200.

¹¹ De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), a educação profissional técnica de nível médio pode ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio ou subsequente a ele, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A forma articulada, por sua vez, divide-se em integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; e concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já esteja cursando-o, efetuando-se matrículas distintas para cada curso.

Os dados do Anuário de 2014 revelam ainda que, no ano de 2012, 38,4% da população de 18 a 24 anos dos 25% mais ricos estavam matriculados no Ensino Superior, ao passo que apenas 4,1% dos 25% mais pobres estudavam em cursos superiores. Outro dado relevante para traçar esse perfil indica que 22,4% dos brancos nesta faixa etária estão matriculados neste nível de ensino, enquanto que apenas 8,0% de pretos se encontram na mesma situação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, p. 99).

Observamos, assim, que os dados do Anuário relativos ao ensino superior são ainda mais reveladores no sentido de mostrar a quais perfis sociais são destinados cada um destes tipos de educação: profissional para os trabalhadores e seus filhos; propedêutica para a burguesia e seus descendentes. Assim, a política de expansão da educação profissional técnica de nível médio aplicada no Estado do Ceará reforça essa concepção.

Como apontamos anteriormente, a gestão escolar da rede estadual de Educação Profissional no Ceará se inspira nos preceitos do modelo desenvolvido pela Fundação Odebrecht, que consiste no modo de gerenciamento empresarial denominado Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), uma variante a ser utilizada no ambiente escolar da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO). Essa proposta de gestão tem como lema: “Quem não planeja, não executa, quem não mede não sabe de nada”. Essa filosofia se assenta nos quatro pilares da educação contidos no relatório Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Assim, a organização curricular, o planejamento e as práticas pedagógicas se assemelham aos princípios da iniciativa privada e dos organismos internacionais.

Um dos princípios da TESE é a elaboração de um Plano de Ação, constante de cinco premissas: a atitude empresarial de educadores e educandos; o protagonismo juvenil; a formação continuada dos professores; a corresponsabilidade; e a replicabilidade.

A LDB estabelece que na base nacional comum do currículo deva preponderar uma dimensão diversificada. Essa parte envolve as chamadas Atividades Complementares, escolhidas pelos sistemas de ensino e pelos estabelecimentos escolares, de acordo com as características regionais, culturais, sociais e econômicas. Sua carga horária varia conforme cada componente curricular, assim como com as especificidades de cada curso.

Dentre as variadas propostas de atividades complementares, a Secretaria destaca: Projeto de Vida; Formação para a Cidadania; Mundo do Trabalho;

e Empreendedorismo. Estas ganham destaque devido a seu aspecto de intentar despertar o interesse pelo ramo e pelas práticas empresariais. Os tópicos abordados na atividade de empreendedorismo clarificam essa filosofia: Crescendo e Empreendendo; Iniciando um Pequeno Grande Negócio; e Como Elaborar Plano de Negócios. Deixamos o seguinte questionamento: basta ser um bom “empreendedor” para fazer um negócio prosperar em tempos de monopólios globais, retração econômica e desaceleração comercial?

Chama atenção também o Projeto Junior Achievement¹² (ou Projeto de Formação de Miniempresa), implantado em 2009 nas escolas. Tem como foco o empreendedorismo, objetivando proporcionar aos estudantes do 2º ano do Ensino Médio uma experiência prática em economia e negócios, organização e operação de uma empresa. Neste projeto, são apresentados os fundamentos da economia de mercado e da atividade empresarial através do método Aprender-Fazendo, em que cada participante se converte em um mini-empresário, acompanhado por profissionais das áreas de marketing, finanças, recursos humanos e produção.

Diante essa realidade, Xerez (2013) infere que

[...] as EEEP da SEDUC no Ceará objetivam ações formativas com ênfase na **tecnologia empresarial**, no empreendedorismo e na gestão, demonstrando assim, uma preocupação com a formação de mão-de-obra para atender a demanda do mercado. Freitas (2012), ao se referir “agenda dos reformadores empresariais e a educação pública no Brasil” fez críticas a esse aspecto da formação básica e profissional e chama atenção para a Educação Profissional vista como uma via para melhorar a relação oferta e procura de mão-de-obra para mercado (XEREZ, 2013, p. 108) (grifos da autora).

Vemos como a proposta de educação profissional compreende-se alinhada com uma pedagogia de mercado com enfoque no empreendedorismo, em total correspondência com a proposta dos países imperialistas para os países ditos em desenvolvimento. O Plano Integrado de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará, documento elaborado pela SEDUC em 2008, prova nossa tese:

O avanço tecnológico, associado ao ambiente de competitividade global cuja inovação é a principal vantagem competitiva, coloca a educação e formação profissional e tecnológica como uma variável estratégica do modelo de promoção do desenvolvimento sustentável. O acesso ao conhecimento e à aprendizagem continuada e permanente, ao longo de toda a vida, revalorizam a educação profissional como uma política meramente assistencialista e

¹² Assim define o site da Junior Achievement: “Associação educativa sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, cujo objetivo é despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, estimulando o seu desenvolvimento pessoal, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho”. Ninguém menos que o empresário Jorge Gerdau Johannpeter preside o Conselho Consultivo da Junior Achievement Brasil. Disponível em: <http://www.jabrasil.org.br/jabr/junior-achievement/institucional>. Acesso em: 05 jul. 2015.

associada ao atraso e à pobreza, tornando-a uma **política essencial para a formação do cidadão produtivo** e um indicador essencial do mais elevado grau de desenvolvimento econômico e social (SEDUC, 2008, p. 16) (grifos nossos).

Ora, o que antes era utilizado como um mecanismo “meramente assistencialista”, nos dias atuais está para além desta perspectiva. Ou seja, além de assistencialista, serve ainda e principalmente para formação de um exército de reserva para pressionar a queda dos salários, nivelando a formação profissional por baixo e adaptando os estudantes aos novos métodos em vista a extração da mais-valia relativa.

As premissas adotadas pela SEDUC para educação profissional apontam na mesma direção: protagonismo juvenil; formação continuada; atitude empresarial e corresponsabilidade.

Sustentado nessas políticas e diretrizes das EEEPs da SEDUC,

é possível garantir que as práticas adotadas nas escolas de Educação Profissional da SEDUC, estão fundamentadas em macropolíticas, disseminadas pelos organismos internacionais, as quais refletem toda a ideologia que sustenta a sociedade capitalista contemporânea, com aporte no empreendedorismo, na flexibilização, na sociedade do conhecimento, nas parcerias público-privado, na globalização da cultura e na quebra de fronteiras para o capital humano (XEREZ, 2013, p. 114).

Assim, torna-se de fácil percepção que, através da implementação da gestão empresarial das Escolas de Educação Profissional, a SEDUC-CE incorporou a ideologia do mercado no processo pedagógico. O currículo diversificado desenvolve, de fato, diversas capacidades e talentos nos estudantes. Mesclar atividades intelectuais, manuais e culturais, sem dúvidas, engrandece o ser. Porém, tudo isso é direcionado para uma inserção adaptativa do jovem trabalhador ao mercado de trabalho capitalista com suas características contemporâneas. Afinal um jovem com a “cabeça aberta”, versátil e flexível tem mais condições de encarar qualquer “desafio profissional”, mesmo que isso signifique um maior nível de exploração de sua mão-de-obra.

No final das contas, a afirmação de que “sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples a formação para o mercado de trabalho”, constante do Documento Base da Educação Profissional Integrada (MEC, 2007, p. 45), virou letra morta na atual proposta.

Por fim, registramos também que a existência de um processo de seleção, baseado nos preceitos da TESE, dos sujeitos que fazem as escolas profissionais (estudantes, professores e gestores) as atribui o caráter de escolas de excelência,

tornando-as vitrine da política educacional do Governo do Estado do Ceará¹³. Uma educação que deveria ser para todos, mais uma vez, acaba sendo para alguns, mesmo sendo pública.

III - Referências bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20.12.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 16 de jul. 2014.

_____. INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso: 20 de jul. 2014.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio. **Documento Base 2007**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2014.

_____. SENADO FEDERAL. **As 20 metas do PNE aprovadas pela Comissão de Educação**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_507.html>. Acesso em: 17 de jul. 2014.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Plano integrado de educação profissional e tecnológica do estado do Ceará**. Ceará: mar/2008. Disponível em: <http://www2.tjce.jus.br:8080/esmec/wp-content/uploads/2010/09/pi_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 25 mar. 2015.

FERNANDES NETO, Edgard. O fracasso dos planos neoliberais na educação brasileira. In: COSTA, Áurea; _____; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, p. 101-142, 2009.

INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCACAO – ICE. Manual Operacional – **Modelo de Gestão – Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)** – Uma nova escola para a Juventude Brasileira – Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4135:s>

¹³ O êxito da política de educação profissional tomou proporções nacionais e, juntamente com o PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa, catapultou o ex-governador do estado Cid Ferreira Gomes para ser Ministro da Educação no início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Sua gestão durou apenas 77 dias. Ele pediu demissão após pronunciamento seguido de bate-boca no Congresso Nacional, em 18 de março de 2015.

educ-divulga-edital-de-selecao-de-professores-paraeducacao-profissional&catid=133&Itemid=76> Acesso em: 09 jul. 2017.

JIMENEZ, Susana V. A educação e a relação teoria-prática: considerações a partir da centralidade do trabalho. In: _____; FURTADO, Elizabeth B. (Orgs.). **Trabalho e educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital: Crítica da economia política (Livro I: o processo de produção do capital)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Revista Outubro**. N. 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

SANTOS, Deribaldo. **Graduação tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário**. Curitiba: CRV, 2012.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SOUSA, Antônia de Abreu. As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e o vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo. In: - _____; OLIVEIRA, Elenice Gomes de (org.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2014**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1493/anuario-brasileiro-da-educacao-basica-2014>>. Acesso em: 17 de jul. 2014.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana M. D. de; FIGUEIREDO, Fábio F. (Orgs.). **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma Crítica à Ordem do Capital**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

XEREZ, Antonia S. P. **Educação profissional no Ceará: políticas e práticas na efetivação dos centros vocacionais técnicos em cenários de reforma (1990-2010)**. 2013. 186 f. Tese (doutorado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2013.